

TÍTULO DO TRABALHO:

**COMÉRCIO INTERNACIONAL E SEU IMPACTO
NA CADEIA DO COURO DO BRASIL**

AUTORA: NICIA MARIA MOURÃO HENRIQUE

EMPRESA: OXITENO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DATA: OUTUBRO 2005

INTRODUÇÃO:

Globalização e Blocos Econômicos:

Os governantes e as sociedades constituídas estão conscientes que a integração econômico-comercial não é mais uma questão de opção. Ela é atualmente uma necessidade no mundo globalizado, onde as fusões entre empresas levam à formação de grupos econômicos cujo poder é maior do que de muitas das nações do mundo. Paralelamente os países que não se agregam e não se unem aos seus parceiros e vizinhos formando blocos econômicos, correm o risco de estarem relegados à marginalidade tanto política quanto econômica.

A formação dos blocos econômicos é vista por muitos como um mecanismo integracionista, eficiente na inserção no mundo globalizado, onde os riscos de crises (potencializados pela aceleração do tempo histórico e a facilidade da comunicação instantânea) parecem conviver com fantásticas oportunidades que podem transformar a região em um dinâmico pólo de produção e desenvolvimento complementar.

Paralelamente outros autores alertam que a conformação de blocos entre países de economia desigual pode, por outro lado, causar um aumento das dificuldades para os países mais pobres.

No entanto a formação de blocos econômicos tem se intensificado nos últimos tempos mostrando que se torna uma tendência não só comercial mas, também, política e social

Os blocos econômicos são associações de países que estabelecem relações econômicas privilegiadas entre si. São baseados em reduções ou isenções de impostos ou de tarifas alfandegárias e buscam soluções para problemas comerciais comuns. Em tese a conformação do bloco deve gerar maior dinâmica do comércio com o conseqüente crescimento econômico, social e a melhoria do bens estar da população.

Geralmente estes blocos são formados entre países vizinhos ou que possuam afinidades culturais e/ou comerciais.

DESENVOLVIMENTO:

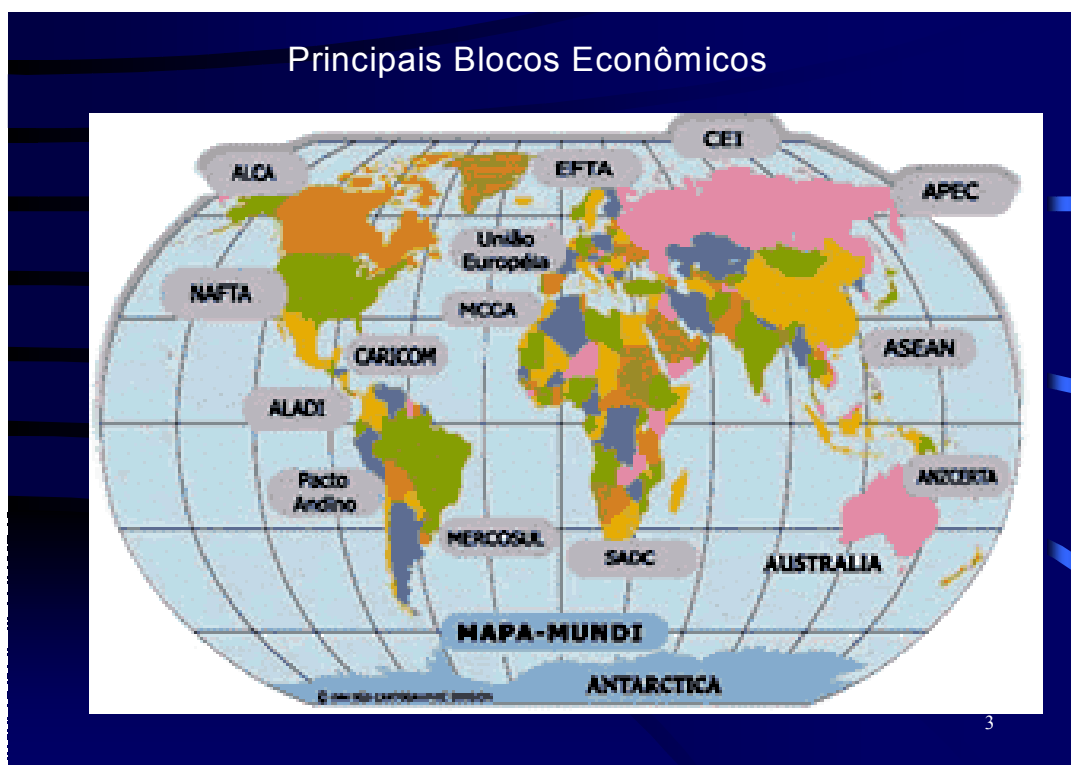
Tipos e Características de Blocos Econômicos

Os principais tipos de blocos econômicos hoje existentes podem ser assim identificados:

- **ZONA DE PREFERÊNCIA TARIFÁRIA:** São adotadas para os países membros tarifas inferiores às adotadas para terceiros países. Ex: Associação Latino-americana de Integração - ALADI;
-
- **ZONA DE LIVRE COMÉRCIO:** Onde são eliminadas as barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio entre países membros. Ex: North American Free Trade Agreement – NAFTA;
- **UNIÃO ADUANEIRA:** Implica na adoção de um a tarifa externa comum e de políticas comerciais comuns face à terceiros países;
- **MERCADO COMUM:** Caracterizado pela livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, bem como pela coordenação de políticas macroeconômicas;
-
- **UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA:** Adoção de uma moeda única e de política monetária unificada conduzida por Banco Central comunitário. Ex União Européia.

Principais Blocos Econômicos:

A seguir é feita uma descrição de cada bloco econômico hoje vigente e as principais características de cada um:



Nafta: North American Free Trade Agreement

Países membros: USA, Canadá e México

O NAFTA (North America Free Trade Agreement) foi iniciado em 1988, entre norte-americanos e canadenses, e por meio do Acordo de Liberalização Econômica, assinado em 1991, formalizou-se o relacionamento comercial entre os Estados Unidos e o Canadá. Em 13 de agosto de 1992, o bloco recebeu a adesão dos mexicanos.

O NAFTA entrou em vigor em 1º de janeiro de 1994, com um prazo de 15 anos para a total eliminação das barreiras alfandegárias entre os três países.

O NAFTA consolidou o intenso comércio regional no hemisfério norte do continente americano e aparece como resposta à formação da Comunidade Européia, ajudando a enfrentar a concorrência representada pela economia japonesa e pelo bloco econômico europeu.

O bloco econômico do NAFTA abriga uma população de 420 milhões de habitantes, produzindo um PIB de US\$ 11,4 trilhões, que gera US\$ 1,5 trilhão de exportações e US\$ 1,8 trilhão de importações.

União Européia

Países membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda (Países Baixos), Portugal, Reino Unido e Suécia.

Dez novos países foram recentemente admitidos na União Européia.(Chipre, Eslováquia, Eslovenia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, República Tcheca).

Outros terão que se adequar as condições mínimas necessárias.(Turquia, Romênia, Bulgária, Croacia), para serem admitidos no Bloco.

A União Européia representa o estágio mais avançado do processo de formação de blocos econômicos no contexto da globalização.

Originada da Comunidade Econômica Européia (CEE), fundada em 1957, pelo Tratado de Roma, a União Européia (UE) é o segundo maior bloco econômico do mundo em termos de PIB: 8 trilhões de dólares.

O órgão máximo da União Européia é o Conselho Europeu. Agrupa os Chefes de Estado ou de Governo, além do Presidente da Comissão Européia, sendo responsável pela definição das grandes orientações políticas, cabendo-lhe a responsabilidade de abordar os problemas da atualidade no âmbito internacional.

A Comissão Européia, cuja presidência é exercida por seis meses, em sistema rotativo, é o órgão executivo e tem como função a iniciativa na elaboração da legislação em comum, controlando sua aplicação e coordenando a administração das políticas comuns. Além disso, conduz as negociações da União Européia no plano das relações exteriores.

Foi aprovado em 1991 o Tratado de Maastrich (Holanda) que cria a União Européia (Mercado Comum, União Política e União Monetária e Econômica)

Em 1992 é consolidado o Mercado Comum Europeu, com a eliminação das últimas barreiras alfandegárias entre os países-membros. Pelo Tratado de Maastricht a União Européia entra em funcionamento a partir de 1º de novembro de 1993.

O Euro é a moeda única criada que, desde 1º de janeiro de 2002, substituiu as moedas então utilizadas pelos países membros. Esta nova moeda já se consolidou e se afirma como alternativa ao dólar norte-americano nas transações comerciais.

Três países ainda não aderiram ao Euro - Reino Unido, Suécia e Dinamarca, por temerem as consequências da perda da sua soberania.

Para admissão à União Econômica e Monetária o país-membro da União Européia deve atender aos seguintes pré-requisitos: a) déficit público máximo de 3% do PIB; b) inflação baixa e controlada; c) dívida pública de no máximo 60% do PIB; d) moeda estável, dentro da banda de flutuação do Mecanismo Europeu de Câmbio; e, por último, e) taxa de juro de longo prazo controlada.

Em 1º de julho de 2001, a União Européia deu início a negociações sobre livre comércio com o Mercosul, estando previstos inúmeros acordos de intercâmbio comercial entre a UE e o Bloco Econômico do Mercado Comum do Sul, embora se tenha presente as dificuldades nas negociações que envolvam o setor agrícola, pois a União Européia não admite abrir mão dos muitos instrumentos criados para proteger o agricultor europeu.

ALADI: Associação Latino Americana de Integração

Países membros: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Peru, Equador, Venezuela, México, Cuba.

Criada em 12 de agosto de 1980 pelo Tratado de Montevideu, a ALADI objetivou criar um mercado comum latino-americano, a longo prazo e de maneira gradual, mediante a concessão de preferências tarifárias e acordos regionais e de alcance parcial.

A ALADI substituiu a ALALC, a antiga Associação Latino-americana de Livre Comércio, que foi criada em 1960.

A ALADI congrega uma população de 450 milhões de habitantes, formando um PIB de US\$ 1,8 trilhão, gerando exportações no valor de US\$ 370 bilhões e importações que alcançam os US\$ 375 bilhões.

Cuba é o mais recente país-membro da ALADI.

MERCOSUL: Mercado Comum do Sul

O Tratado de Assunção (26/03/1991) e o Protocolo de Ouro Preto (17/12/1994) criaram o Mercado Comum do Sul ou MERCOSUL, formado por quatro países membros, Argentina, Brasil, Paraguai e

Uruguai e dois Associados, Bolívia (Tratado assinado em 28/02/1997) e Chile (Tratado assinado em 25/06/1996), no cone sul do continente americano.

O Mercosul tem como principal objetivo criar um mercado comum com livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos. Complementando esse objetivo maior busca-se a adoção de uma política externa comum, a coordenação de posições conjuntas em foros internacionais, a formulação conjunta de políticas macroeconômicas e setoriais, e, por fim, a harmonização das legislações nacionais, com vistas a uma maior integração.

No entanto, esta é ainda é uma união aduaneira imperfeita em função das várias perfurações da tarifa externa comum e a não adoção de medidas de integração previstas anteriormente.

Dados estatísticos:

População: 220 milhões de habitantes

PIB: US\$ 1,3 trilhão de dólares

O Mercosul tem negociado a ampliação dos negócios do bloco com os países que formam a União Européia. Negociações com o México e Comunidade Andina estão em fase adiantada, com vistas ao seu ingresso na condição de observadores.

Argentina e Brasil vêm enfrentando algumas dificuldades nas relações comerciais. A Argentina está impondo algumas barreiras no setor automobilístico e da linha branca (geladeiras, micro-ondas, fogões), alegando que a entrada de produtos brasileiros está prejudicando a indústria doméstica argentina.

Na área agrícola também são encontradas dificuldades sob alegação de que o Brasil subsidia os produtores de açúcar prejudicando o comércio argentino.

Os negociadores continuam empenhados em superar as dificuldades e criar possibilidades de aprofundamento da integração como previsto anteriormente

CAN - Pacto Andino ou Comunidade Andina de Nações

Países membros: Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela

Em 26 de maio de 1969, pelo Acordo de Cartagena, Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia e Chile criaram uma União Aduaneira e Econômica, com base em estudos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão da ONU.

Em 1973, com a subida ao poder do General Augusto Pinochet, o Chile retirou-se do Pacto, abrindo sua economia ao mercado externo.

Hoje, o grupo de países remanescentes objetiva criar um mercado comum.

Este bloco econômico reúne uma população de 115 milhões de habitantes, que gera um PIB de US\$ 280 bilhões, com exportações alcançando os US\$ 70 bilhões e importações no valor de US\$ 53 bilhões.

O grupo enfrenta grandes dificuldades de negociação e integração entre os países membros.

CARICOM - Mercado Comum e Comunidade do Caribe

Um bloco de cooperação econômica e política, criado em 1973, formado por quatorze países e quatro territórios da região caribenha.

Em 1998, Cuba foi admitida como observadora do Caricom.

O bloco foi formado por ex-colônias de potências européias que, após sua independência, viram-se na contingência de aliar-se para suprir limitações decorrentes da sua nova condição e acelerar o seu processo de desenvolvimento econômico.

O Caricom tem uma população de 15 milhões de habitantes, um PIB de US\$ 28 bilhões, exportações girando em torno dos US\$ 13 bilhões e importações alcançando os US\$ 16 bilhões.

Países membros: Barbados, Guiana, Jamaica, Trinidad e Tobago, Antígua e Barbuda, Belize, Dominica, Granada, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Névis, Suriname, Bahamas, Haiti, Montserrat, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Turcas e Caicos, Anguilla.

ASEAN: Associação das Nações do Sudeste Asiático

Surgiu em 1967, liderada pela Tailândia, com o objetivo de assegurar a estabilidade política e de acelerar o processo de desenvolvimento da região.

O bloco busca promover o desenvolvimento econômico, social e cultural da região através de programas cooperativos, salvaguardando a estabilidade política e econômica da região, bem como servindo como fórum de discussão das diferenças intra-regionais.

O bloco representa um mercado de 528 milhões de pessoas e um PIB de US\$ 890 bilhões, com exportações da ordem de US\$ 295 bilhões e importações alcançando os US\$ 260 bilhões.

Países membros: Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos, Camboja.

CEI: Comunidade dos Estados Independentes

Este bloco foi constituído em 1991 reunindo 12 das 15 repúblicas que formavam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A CEI, com uma população de 274 milhões de habitantes, está organizada em um confederação de Estados, que preserva a soberania de cada um. A Comunidade prevê a centralização de Forças Armadas e o uso de uma moeda comum: o Rublo. Seu PIB é estimado em US\$ 588 bilhões.

Países membros: Armênia, Belarus, Cazaquistão, Federação Russa, Moldávia, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão, Geórgia, Azerbaijão.

SADC - Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento.

Foi criada em 1992, para incentivar as relações comerciais entre seus 14 países membros.

Tem o objetivo de criar um mercado comum, a médio prazo, seguindo o modelo básico da União Européia e alguns aspectos do Mercosul. Tem também o propósito de promover esforços para estabelecer a paz e a segurança na conturbada região meridional africana.

O bloco reúne uma população de 206 milhões de habitantes e produz um PIB de US\$ 162 bilhões, exportando US\$ 52 bilhões de sua produção e importando US\$ 51 bilhões.

Países membros: Angola, África do Sul, Botsuana, Lesoto, Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue.

MCCA - Mercado Comum Centro Americano

Sediado na Guatemala, surgiu em 1960 na tentativa de promover a paz na região, afetada por graves conflitos bélicos.

Em 4 de junho de 1961 foi assinado o Tratado de Integração Centro-Americana com o objetivo de criar um mercado comum nessa região.

Na mesma época foi criado o Parlamento Centro-Americano (PARLACEN) e a Corte Centro-Americana de Justiça, que ainda não possui caráter permanente.

Hoje, os Estados-Membros do MCCA designaram um grupo de trabalho para preparar o processo de constituição da União Centro-Americana, nos mesmos moldes da União Européia.

O bloco reúne uma população de 34 milhões de habitantes, possuindo um PIB de US\$ 59 bilhões, com exportações no valor de US\$ 18 bilhões e importações alcançando os US\$ 24 bilhões.

Países membros: Costa Rica, Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua.

EFTA- European Free Trade Association

A EFTA foi constituída pela Convenção de Estocolmo, assinada em 04 de janeiro de 1960, tendo como primeiros parceiros Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido (Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte).

A EFTA surgiu como uma oposição à Comunidade Econômica Européia (CEE), pois seus Estados-Membros procuravam evitar o que consideravam pesados compromissos econômicos e institucionais, pois enquanto o Reino Unido buscava total liberdade econômica, sem maiores compromissos institucionais, a Áustria, a Suécia e a Suíça defendiam o direito à soberania política.

Com o fortalecimento da Comunidade Européia, a EFTA perdeu a maioria de seus integrantes, pois Áustria, Dinamarca, Portugal, Suécia, Reino Unido e Finlândia, que entrou em 1986, aderiram ao bloco de maior magnitude.

Hoje, a EFTA restringe-se à associação de apenas quatro países - Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

O grupo abriga uma população de 12 milhões de habitantes, que gera um PIB US\$ 417 bilhões, exportações num total de US\$ 122 bilhões e importações de US\$ 111 bilhões.

Em 02 de maio de 1992, na cidade do Porto, Portugal, a EFTA assinou com a União Européia um acordo criando o Espaço Econômico Europeu (EEE), o qual viabilizará, não só aumento do volume de comércio com a União Européia como também a participação dos seus quatro Estados-Membros em outros programas da União Européia.

APEC - Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico

Organismo intergovernamental para consulta e cooperação econômica, na verdade constitui-se em um bloco econômico para promover a abertura de mercados entre vinte países.

A APEC foi oficializada em 1993 e pretende estabelecer a livre troca de mercadorias entre todos os países do grupo até 2020.

A APEC é, sem sombra de dúvida, um poderoso bloco econômico, pois responde por cerca de metade do PIB e 40% do comércio mundial.

O bloco reúne uma população de 2.560 milhões de habitantes, alcançando um PIB de US\$ 19 trilhões, exportações no valor de US\$ 3 trilhões e importações de US\$ 3,1 trilhões.

Países membros: Austrália, Brunei, Canadá, Indonésia, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Coréia do Sul, Tailândia, USA, China, Taiwan, México, Papua Nova Guiné, Chile, Peru, Federação Russa, Vietnã.

ANZCERTA

Criado em 1983, tornou-se o principal instrumento de administração das relações econômicas entre Austrália e Nova Zelândia. Foi planejado para transformar-se em um acordo entre os dois países, cujo principal objetivo é a criação de uma área de livre comércio.

O ANZCERTA assinou um acordo inicial com o ASEAN, em 1995, para facilitar os fluxos de comércio e de investimentos entre as duas regiões. Os dois blocos estabeleceram um grupo de trabalho que estuda a possibilidade de criação de uma área de livre comércio, reunindo o ANZCERTA e o ASEAN, até 2010.

O bloco reúne uma população de 23 milhões de habitantes, com um PIB de US\$ 468 bilhões, um montante de exportação no valor de US\$ 70 bilhões e importações que atingem os US\$ 76 bilhões.

São países-membros do ANZCERTA: Austrália e Nova Zelândia.

Apenas para se ter uma idéia da importância econômica e política dos principais blocos o quadro abaixo apresenta dados de PIB, população e demais índices econômicos/sociais desses blocos:

Blocos Econômicos

Blocos	Integrantes	PIB total (milhões de US\$)	População total (milhões de hab.)	PIB per capita (em US\$)	Data de criação
Asean	7 países	541.075	429,00	1.261,25	1967
Apec	17 países e 1 território	14.119.450	2.217,00	6.368,72	1989
Caricom	12 países e 3 territórios	16.135*	5,82	2.772,34	1973
Mercosul	4 países	859.874	207,70	4.139,98	1991
Nafta	3 países	7.568.082	391,10	19.356,76	1988
Pacto Andino	5 países	197.662	101,50	1.947,41	1969
União Européia	15 países	7.324.381	372,40	19.668,05	1957
SADC	11 países	145.950	137,20	1.063,78	1979
CEI	12 países	550.989	285,00	1.933,29	1991

Ano Base:1999

Acordos de Livre Comércio em negociação pelo Mercosul:

ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA)

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), uma idéia lançada pelos Estados Unidos em 1994, durante a realização da Cúpula das Américas, quando foram assinados a Declaração de Princípios e o Plano de Ação, com o objetivo de eliminar as barreiras alfandegárias entre os 34 países americanos, exceto Cuba, e assim formar uma área de livre de comércio para as Américas, até o final de 2005.

Por decisão posterior a ALCA tem o prazo mínimo de sete anos para sua formação, a partir de 2005, mas nesse instante enfrenta dificuldades para sua implementação.

Se implantada, a ALCA poderá transformar-se em um dos maiores blocos comerciais do mundo, superando mesmo a União Européia. Seu Produto Interno Bruto (PIB) será da ordem de 13 trilhões de dólares e sua população alcançará os 825 milhões de habitantes, mais do dobro da registrada na União Européia.

O Brasil e o Mercosul prevêem grandes dificuldades na adaptação de suas economias a essa proposta de integração comercial em virtude das dificuldades de negociação dos produtos agrícolas. Atualmente as negociações encontram-se praticamente paralisadas.

São Países-Membros da ALCA: Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

Outros Acordos

No final de julho passado foi aprovado pela Câmara dos Representantes dos Estados Unidos um Tratado Comercial entre os Estados Unidos, a América Central e a República Dominicana denominado de Cafta-DR. Este acordo foi assinado no ano passado e já ratificado por alguns dos países latino americanos que fazem parte. Honduras, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e República Dominicana.

Os detratores do Acordo dizem que ele prejudicará os pequenos agricultores e atrasará a adoção de remédios genéricos pelos países latino-americanos ao mesmo tempo em que implicará em perda de empregos nos Estados Unidos. Já os defensores dizem que levará prosperidade à região, fortalecendo a democracia e criando fontes de trabalho.

Na verdade o acordo pouco acrescenta à Iniciativa do Caribe já vigente entre os países.

A Cadeia Produtiva do Couro e o Comércio Exterior:

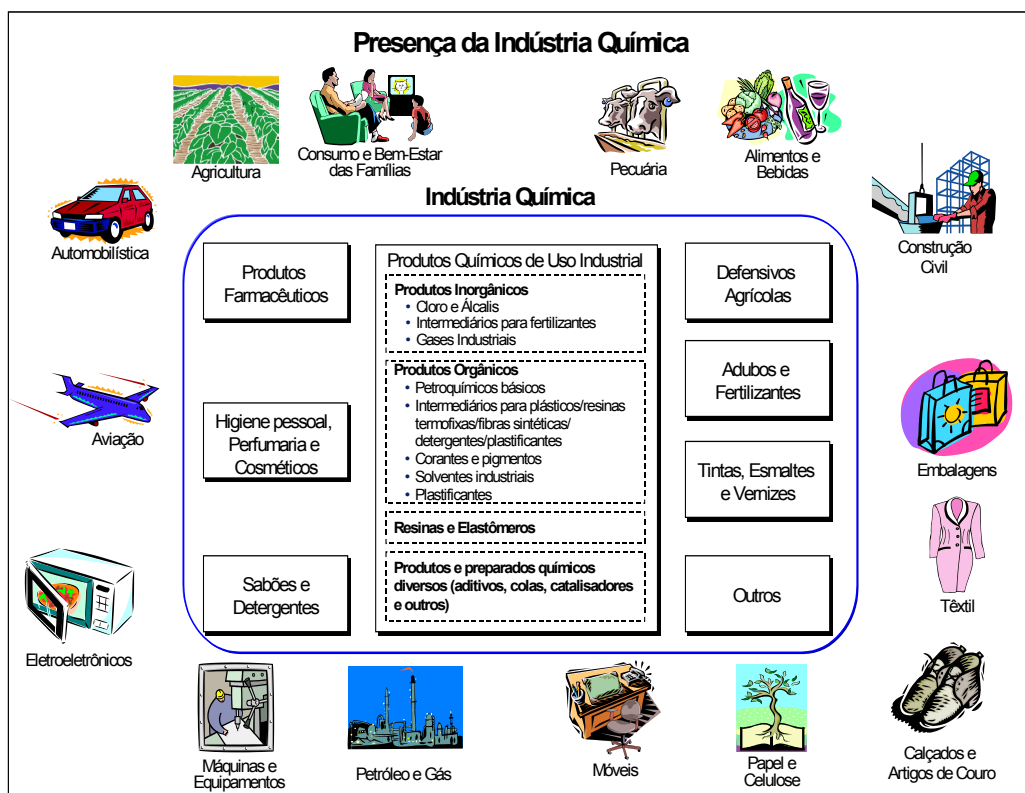
A Indústria Química Brasileira

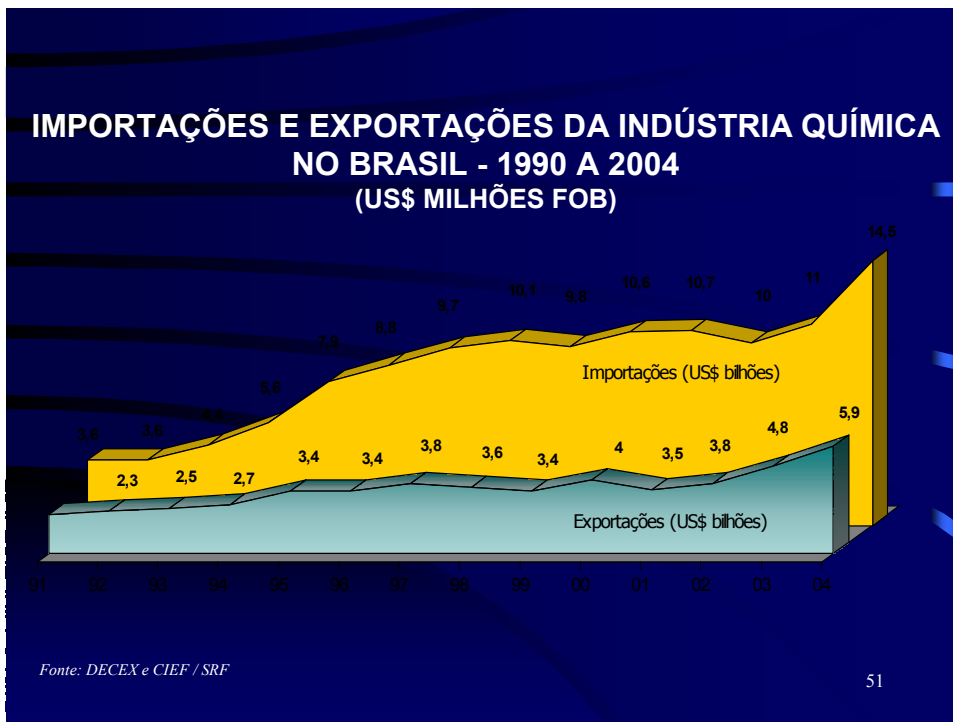
A Indústria Química é caracterizada por grande capilaridade. Provê matérias-primas essenciais para os setores industrial, agrícola e de serviços.

Além do mais sua importância pode ser destacada pelas constatações abaixo:

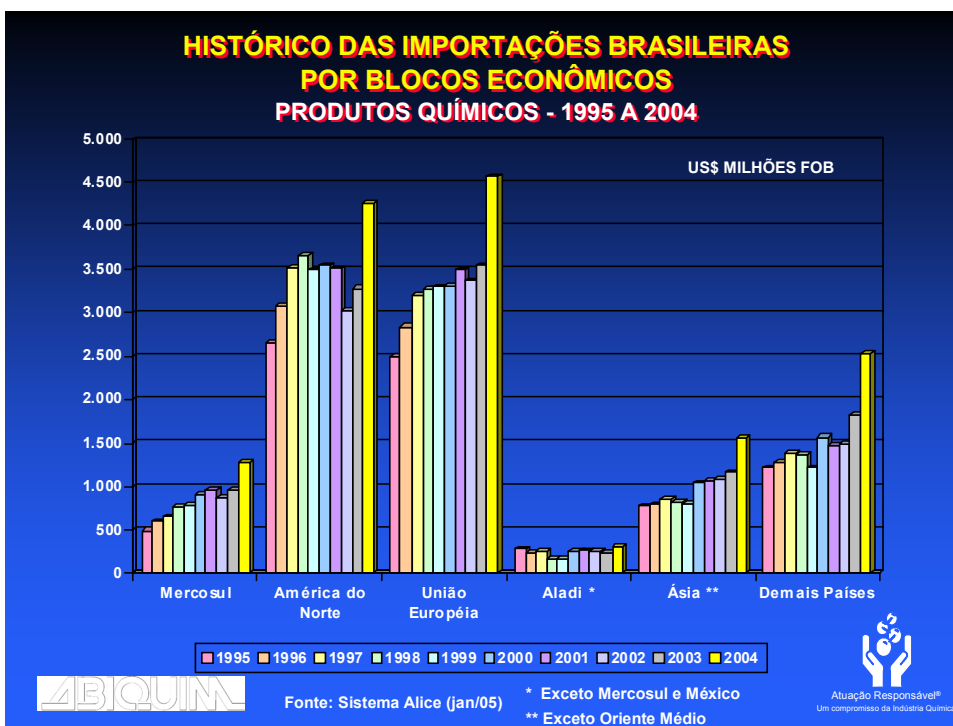
- Responde por 13% do produto da indústria de transformação no Brasil;
- Equivale a 3,3% do PIB brasileiro;
- Faturou 59,4 bilhões de dólares em 2004;
- Faturamento cresceu 32% (em dólares) em 2004 com relação a 2003;
- Ocupa a 2ª. Posição na formação do produto industrial;
- É provedora dos demais setores da economia;
- Produtos químicos representam 12% do comércio mundial de manufaturados;
- Exportações mundiais químicas são superiores à US\$ 520 bilhões anuais;
- O faturamento líquido da indústria química mundial supera US\$ 1,7 trilhão

A presença da indústria química nos demais setores industriais está ilustrada abaixo:





A Indústria química brasileira é francamente importadora apresentando um elevado déficit principalmente em intermediários industriais. Esse déficit decorre dos baixos investimentos no setor durante os últimos anos.



O quadro acima nos mostra a evolução das importações químicas brasileiras por blocos econômicos. Pode se notar uma forte concentração de grandes fornecedores na União Européia e na América do Norte (EUA e Canadá). Deve-se notar também que no último ano houve um crescimento importante das importações provenientes de países da Ásia (China) e de países pertencentes ao Resto do Mundo.



Já as exportações químicas brasileiras mostram maior homogeneidade. Os bons resultados do comércio exterior brasileiro e do setor químico podem ser percebidos neste gráfico. Houve um aumento considerável das exportações em 2004. O Mercosul se destaca como destino prioritário das exportações químicas, seguido pela América do Norte e União Européia.



Comparando-se as exportações do setor de couros pode-se perceber um perfil completamente diverso do apresentado pelo setor químico. As importações de couro são muito reduzidas, sendo o Mercosul o maior fornecedor de produtos de couro para o Brasil.

Já as exportações são de grande monta tendo alcançado o valor de US\$ 1,3 bilhão em 2004, segundo o sistema Alice, com um crescimento de quase 22% em relação ao período anterior.

Os mercados mais significativos para as exportações brasileiras de couro são a União Européia e a Ásia com um crescimento fantástico nos últimos anos.

Os maiores importadores em 2004 foram Hong Kong com 220 milhões, a China com 196 milhões, que representaram, em conjunto, 32% das exportações totais brasileiras de couros. O item couros e peles depilados representou o maior item de exportação brasileira para Hong-Kong.



A importância da indústria química para o setor de couros:

A indústria química é de fundamental importância para o setor de couros. Em todas as etapas do processo de beneficiamento do couro a química está presente conferindo propriedades especiais ao couro desde a ribeira até o acabamento final.

O desenvolvimento de novas formulações e o aprimoramento de produtos tradicionais têm sido buscado pelas empresas fornecedoras do setor contribuindo em muito com a melhoria da qualidade do couro. Possibilita também o atendimento das exigências cada vez maiores do mercado nacional e principalmente do mercado externo. As formulações especiais para curtimento e recurtimento, semi-acabamento e acabamento, resinas, lacas, corantes, adesivos em bases solventes e água, desmoldantes, plásticos de engenharia, e outros tantos produtos para o tratamento do couro fazem com que as indústrias químicas invistam mais, buscando o melhor atendimento de seus clientes e conseqüentemente maiores ganhos comerciais.

Em todas as fases do processamento do couro é representativo o impacto dos produtos químicos no custo do produto.

Fases do Processo	% de incidência de cada fase no custo dos produtos químicos
-------------------	---

Ribeira	8 %
Curtimento	22 %
Recurtimento	40 %
Tingimento	8 %
Acabamento	23 %

Barreiras não tarifárias ao comércio

As barreiras não tarifárias (BNTs) são restrições à entrada de mercadorias importadas que possuem como fundamento requisitos técnicos, sanitários, ambientais, laborais, restrições quantitativas (quotas e contingenciamento de importação), bem como políticas de valoração aduaneira, de preços mínimos e de bandas de preços, diferentemente das barreiras tarifárias que se baseiam na imposição de tarifas aos produtos importados.

Normalmente, as BNTs visam proteger bens jurídicos importantes para os Estados, como a segurança nacional, a proteção do meio ambiente e do consumidor, e ainda, a saúde dos animais e das plantas.

No entanto, é justamente o fato de os países aplicarem medidas ou exigências sem que haja fundamentos nítidos que as justifiquem, que dá origem às barreiras não tarifárias ao comércio, formando o que se chama de neoprotecionismo.

As BNTs classificam-se em: (i) quotas e contingenciamento de importação; (ii) barreiras técnicas; (iii) medidas sanitárias e fitossanitárias e (iv) exigências ambientais e laborais.

A participação das exportações brasileiras no mercado mundial será maior quanto maior for a informação e os instrumentos utilizados contra as barreiras comerciais.

O Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior – do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – é um dos locais a que os empresários devem se dirigir na busca por informações sobre barreiras comerciais, especialmente, as não tarifárias.

A lista com as principais barreiras não tarifárias que dificultam a expansão dos exportadores encontra-se abaixo. No Brasil a SECEX se coloca à disposição dos que queiram mais informações sobre o assunto, e para receber novos relatos de dificuldade de acesso aos mercados internacionais.

TIPOS DE BARREIRAS EXTERNAS

1. Quotas.

Ex: limitação de importações pela fixação de quotas para produtos;

2. Aplicação do Acordo sobre Têxteis e Vestuário (ATV)

Ex: quotas do Acordo Multifibras;

3. Proibição total ou temporária.

Ex: proibição de importação de um produto que seja permitido comercializar no mercado interno do país que efetuou a proibição;

4. Salvaguardas.

Ex: aplicação de quotas de importação ou elevação de tarifas por questões de medidas de salvaguarda, exceto salvaguardas preferenciais previstas em acordos firmados;

5. Impostos e gravames adicionais.

Ex: adicionais de tarifas portuárias ou de marinha mercante, taxa de estatística, etc.

6. Impostos e gravames internos que discriminem entre o produto nacional e o importado.

Ex: imposto do tipo do ICMS que onere o produto importado em nível superior ao produto nacional;

7. Preços mínimos de importação/preços de referência.

Ex: estabelecimento prévio de preços mínimos como referência para a cobrança das tarifas de importação, sem considerar a valoração aduaneira do produto;

8. **Investigação antidumping em curso;**
9. **Direitos antidumping aplicados, provisórios ou definitivos;**
10. **Investigação antidumping suspensa por acordos de preços;**
11. **Investigação de subsídios em curso;**
12. **Direitos compensatórios aplicados, provisórios ou definitivos;**
13. **Investigação de subsídios suspensa por acordo de preços;**
14. **Subsídios às exportações praticados por terceiros países;**
15. **Medidas financeiras.**

Ex: criação de sobretaxa para as importações, empalme argentino;

16. Licenças de importação automáticas.

Ex: produtos sujeitos a licenciamento nas importações, apenas para registro de estatísticas;

17. Licenças de importação não automáticas.

Ex: produtos sujeitos a anuência prévia de algum órgão no país importador;

18. Controles sanitários e fitossanitários nas importações.

Ex: normas sanitárias e fitossanitárias exigidas na importação de produtos de origem animal e vegetal;

19. Restrições impostas a determinadas empresas.

Ex: exigências específicas para importações de produtos de determinadas empresas

20. Organismo estatal importador único.

Ex: produtos cuja importação é efetuada pelo Estado, em regime de monopólio;

21. Serviços nacionais obrigatórios.

Ex: direitos consulares;

22. Requisitos relativos às características dos produtos.

Ex: produtos sujeito à avaliação de conformidade;

23. Requisitos relativos à embalagem.

Ex: exigências de materiais, tamanhos ou padrões de peso para embalagens de produtos;

24. Requisitos relativos à rotulagem.

Ex: exigências especiais quanto a tipo, tamanho de letras ou tradução nos rótulos de produtos;

25. Requisitos relativos à informações sobre o produto.

Ex: exigências de conteúdo alimentar ou protéico de produtos ou de informações ao consumidor;

26. Requisitos relativos à inspeção, ensaios e quarentena.

Ex: produtos sujeitos à inspeção física e análise nas alfândegas ou a procedimentos de quarentena;

27. Outros requisitos técnicos.

Ex: exigência de certificados relativos à fabricação do produto mediante processos não poluidores do meio ambiente

28. Inspeção prévia à importação.

Ex: inspeção pré-embarque

29. Procedimentos aduaneiros especiais.

Ex: exigência de ingresso de importações somente por determinados portos ou aeroportos

30. Exigência de conteúdo nacional/regional.

Ex: discriminação de importações para favorecer as que tenham matéria-prima originária do país importador

31. Exigência de intercâmbio compensado.

Ex: condicionamento de importações à exportação casada de determinados produtos

32. Exigências especiais para compras governamentais.

Ex: tratamento favorecido aos produtos nacionais em concorrências públicas;

33. Exigência de bandeira nacional.

Ex: exigência de uso de navios ou aviões de bandeira nacional para o transporte das importações.

As barreiras não tarifárias têm sido usadas por alguns países como forma de proteção ambiental e da sua produção contra produtos de baixa qualidade ou nocivos ao meio ambiente.

No entanto alguns outros países as têm usado como forma de intimidar ou impedir a competição saudável ou como retaliação ao comércio.

As acusações do Canadá sobre a existência do mal da vaca louca no Brasil é um bom exemplo dessa prática.

BIBLIOGRAFIA

1. **Blocos Econômicos**, Brasil, 2004, www.camara.gov.br/mercosul/blocos
2. C&EN, **Facts & Figures for the Chemical Industry**, Europe, July 2005, www.CEN-ONLINE.ORG
3. Furtado, M, **Curtumes aderem ao acabamento, mas governo prefere apoiar o wet-blue**, Revista Química e Derivados, volume 435, março 2005
4. EFE, **Acordo Comercial deve prejudicar agricultores e atrasar genéricos**, Washington, 28 julho 2005
5. **Mercosul**, Brasil, 2004, www.suapesquisa.com.br
6. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, **Balança Comercial Brasileira - Janeiro a Dezembro 2004**, Brasília, 2005
7. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, MDIC, **Aliceweb**, Brasília, 2005
8. PRNewswire, **Delegação da Flórida no Congresso vota maciçamente em apoio ao DR-CAFTA**, Flórida, julho 2005
9. Official Journal of the European Parliament and of the Council, **Directive 2003/53/EC - Amending for the 26th time Council Directive 76/769/EEC**, June 2003